

# Relator também atuou no caso dos pianistas

Carlos Wilson teve pai cassado pelo AI-5

---

**Adriana Vasconcelos**

---

• BRASÍLIA. Não é a primeira vez que o senador Carlos Wilson (PPS-PE) recebe a missão de julgar o comportamento de seus colegas. Designado ontem para ser relator da representação do Conselho de Ética que propõe a abertura do processo de cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF), Wilson foi em 1985 relator do processo que julgou os deputados pianistas Ronan Tito, Homero Santos, Fernando Passos e Albino Coimbra que votaram por colegas ausentes. Mas, na época, o senador não foi tão duro como indica que poderá ser agora.

Numa negociação com o então presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, ele conta que optaram por uma punição branda: a advertência aos parlamentares.

— O momento era outro e o doutor Ulysses entendia que se fosse enviado à Mesa um pedido de cassação ou suspensão de mandato, ele seria derrotado pelo plenário. Por isso optei pela advertência — disse.

Wilson disse estar diante

de um dos momentos mais difíceis de sua vida, comparáveis, segundo ele, apenas ao período em que teve o pai Wilson Campos cassado no Senado pelo AI-5. Embora seu pai tenha sido cassado em função de denúncias de corrupção, Carlos Wilson afirma que a punição foi uma brutalidade:

— O episódio de cassação de um colega é muito traumático. Ninguém se elege pensando em cassar um colega. Meu pai foi absolvido pelo Senado, mas cassado pela brutalidade do AI-5. Foi um momento muito duro na minha vida como este está sendo.

Famoso por sua habilidade política, Wilson não esconde o constrangimento de estar tendo de julgar agora um amigo de vários anos, Antonio Carlos, por quem já foi considerado quase um filho.

Antonio Carlos também não esconde a mágoa de estar para ser condenado pelas mãos de um dos mais próximos companheiros do filho, Luís Eduardo Magalhães.

Mas Wilson garante que isso não afetará sua responsabilidade diante da instituição.